



LONGA AGONIA
Manifesto aponta falhas em sentença que condenou ex-reitor Carlos Levi e outros gestores em 2019. Recurso ainda não tem data para ser julgado
Páginas 6 e 7

Reitoria simplifica normas e destrava 266 progressões

> Efeitos já serão vistos na próxima folha de pagamento, com retroativos referentes a este ano. PR-4 anunciou avanço em reunião com a AdUFRJ na qual o sindicato reiterou a reivindicação de desburocratização do processo. Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação apoia a redução da burocracia documental para a concessão das progressões. **Página 2**

FERNANDO SOUZA / ARQUIVO ADUFRJ



Debate sobre Ebserh recomeça com relatório técnico no Consuni

Comissão liderada pela professora Ligia Bahia fez radiografia de 41 hospitais que aderiram à empresa

Páginas 3, 4 e 5



MARINALVA, UMA VIDA DE LUTA, AMOR E PARTILHAS

Em seu memorial para a classe de titular, a professora Marinalva Oliveira, falecida em 27 de outubro, descreve a infância e a adolescência sofridas que forjaram sua trajetória pessoal e profissional. O Jornal da AdUFRJ reproduz trechos do memorial e traz depoimentos saudosos dos filhos e de docentes. **Páginas 8 e 9**

PR-4 destrava 266 progressões docentes

> Em reunião com a AdUFRJ, PR-4 anunciou mudança que agiliza lançamento na folha de pagamento

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Reação de todos os entes burocráticos internos à progressão dos professores. Este foi o principal tema de uma reunião entre a AdUFRJ, a pró-reitoria de Pessoal (PR-4) e a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no dia 7. Foi o primeiro encontro da nova diretoria do sindicato com a administração central para tratar do assunto, em continuidade a um debate iniciado com a gestão anterior.

E teve boa notícia. A PR-4 anunciou uma medida administrativa que destravou mais de 266 processos de progressão de professores. Superintendente de Pessoal, Rafael Pereira explicou que, anteriormente, havia a orientação para um funcionário analisar a documentação que a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) já havia avaliado e aprovado. “Isso estava atrasando os processos absurdamente. Se a CPPD já fez uma análise e disse que está certo, não precisa a gente fazer uma reanálise”, disse. Os efeitos dessas progressões vão aparecer na próxima folha de pagamento, com os retroativos referentes a este ano.

“O lançamento dessas progressões foi, para nós, uma vitória. Era um gargalo que estava incomodando a gente e a contamos com a colaboração forte dos servidores da PR-4”, reforçou a pró-reitora Neuza Luzia.

A diretoria da AdUFRJ gos-



EM REUNIÃO com a AdUFRJ, pró-reitora Neuza (ao centro) elogiou empenho dos servidores (abaixo)



tu, mas cobra mudanças também na origem dos processos, na elaboração dos relatórios de atividades que fundamentam as progressões. “Quando a gente compara a UFRJ com outras universidades, ela é muito burocrática, muito kafkiana neste

trâmite da progressão”, afirmou a presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. “O professor, para fazer o relatório, precisa colocar uma série de documentos que são emitidos pela própria universidade, como registro de aulas e portaria ante-

rior de progressão. Além disso, temos que anexar comprovantes de tudo que a gente listou no relatório. Mesmo tendo fé pública, como servidores públicos”.

A professora citou um exemplo que resume bem o problema. “Não faz sentido que eu

organize um seminário do meu grupo de pesquisa, dê certificado para os outros e precise fazer um certificado para mim mesma para colocar no relatório”, disse. “O meu último relatório tinha 144 páginas e eu tive que catar certificado de tudo. Isso é completamente bizarro”.

O resultado do excesso de burocracia é a perda de tempo e de produtividade. “Isso toma muito tempo de trabalho desse professor, que poderia estar produzindo”, observou Mayra. “Queremos avançar para a adoção de um sistema que desburocratize o processo”, completou.

Superintendente da TIC, Ana Maria Ribeiro concordou com Mayra. “Ajudei muitos docentes que me procuravam para poder fazer o processo no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e fiquei horrorizada com o procedimento, uma burocracia medonha”.

“A TIC está comprometida com a retirada do excesso de documentos que circulam nas redes da universidade. Hoje é um absurdo a quantidade de PDF que se coloca no SEI. Apoiem com nosso completo apoio para garantir sistemas enxutos nessa universidade”, concluiu.

Durante o Conselho Universitário, três dias depois, Neuza disse que a pró-reitoria vai se reunir com a CPPD para buscar essa desburocratização. A meta é apresentar ao Consuni ainda este ano uma proposta de resolução que oriente o conjunto da UFRJ pelas normas mais simples já adotadas em algumas unidades.

OUTRAS UNIVERSIDADES ADOTAM SISTEMAS MAIS MODERNOS

Enquanto os professores da UFRJ sofrem com o excesso de burocracia, colegas de outras instituições relatam situação oposta. As federais do Rio Grande do Norte e de Viçosa são dois bons exemplos de simplificação dos processos de progressão.

A UFRN adota dois sistemas que facilitam a vida dos docentes: o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (Sigrh). No primeiro, o professor é instruído a registrar tudo que faz no ensino, pesquisa e extensão. O segundo apresenta seu perfil, com data da contratação, detalhes da função exercida e datas de todas as progressões anteriores, entre

outros dados funcionais.

“Esses dois sistemas dialogam. E o Sigaa ainda consegue puxar dados do Lattes. Fica tudo armazenado lá. Quando chega o período da progressão, não precisa correr atrás de papelada de dois anos atrás”, afirma o professor Oswaldo Negrão, presidente da ADURN Sindicato. O sistema também oferece a opção de realizar uma simulação para que o docente verifique a pontuação alcançada no interstício de dois anos.

Com a certeza da pontuação mínima exigida para avançar na carreira, basta clicar em um botão e enviar o relatório definitivo para a chefia imediata. “A partir desta data, já passam a valer os efeitos financeiros da progressão, se aprovada”, explica Oswaldo. Na UFRJ, os efeitos só

valem a partir da data da aprovação pela comissão avaliadora. “E podemos acompanhar cada passo da tramitação pelo sistema”, completa.

O sucesso da iniciativa não vem sem esforço. O presidente da ADURN destaca que a universidade oferece um curso de 40 horas, em uma semana, para os docentes recém-ingressos aprenderem o básico da instituição. “Parte desta semana é dedicada ao treinamento nestes sistemas”, observa.

AVANÇOS EM VIÇOSA

O professor Diogo Tourino já viveu a experiência negativa e a positiva de progredir. Desde o ano passado, está lotado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, mas antes trabalhava

na Universidade Federal de Viçosa, onde os processos funcionais eram bem mais tranquilos. “O sistema lá é muito azeitado. Aqui em Juiz de Fora, fiquei 13 horas, contadas no relógio, construindo um relatório. Ou seja, um dia de trabalho. Lá eu resolvia isso em menos de cinco segundos”, compara.

Na UFV, a rapidez também se deve a dois sistemas que estão muito presentes no cotidiano dos docentes para fazer o registro das atividades e geração do relatório. O RADOE colhe os dados acadêmicos e administrativos internos e ainda vai ao Lattes para pegar informações de ações externas, especialmente ligadas a bancas ou pesquisas. Já o RAEX, mais recente, registra exclusivamente as atividades de extensão.

Assim como na UFRN, os professores recebem um treinamento inicial para utilizar os sistemas. Mas há um “reforço” para que a alimentação de dados seja constante: no início de cada ano, a UFV estabelece uma distribuição de recursos parcialmente baseada na produção de cada departamento. “As chefias cobram muito isso”, diz Diogo.

A universidade mineira, que também conta os efeitos financeiros da progressão a partir do envio do relatório pelo docente, apresenta mais uma vantagem. O sistema dispara um aviso automático para o e-mail do docente quando falta um mês para o fim do interstício. “Viçosa tem um sistema burocrático, mas bem organizado”, conclui.

Relatório detalha dados de 41 hospitais da Ebserh

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

pergunta que dividiu a universidade em 2013 e em 2021 está de volta: a UFRJ deve aderir à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)? Há dez anos, após turbulentas sessões, o Consuni resolveu apostar na construção de uma

solução alternativa que nunca saiu do papel. Passados mais oito anos de crescente crise nos hospitais, o conselho autorizou a reitoria a iniciar negociações com a empresa. Agora chegou a hora de decidir.

No intervalo de pouco mais de uma semana, a universidade conheceu dois estudos para subsidiar a deliberação. O primeiro foi apresentado em 1º de novembro por um grupo de trabalho criado pela reitoria para ne-

gociar com a empresa. Coordenador do GT, o professor Amâncio Carvalho trouxe dados preocupantes sobre o Complexo Hospitalar da UFRJ e explicou como funciona a Ebserh em audiência pública realizada no auditório Quinhentão, do CCS (veja na página 5).

Já no Conselho Universitário do dia 9 foi a vez de uma comissão formada por professores, técnicos e estudantes — também criada pela reitoria

—, expor um relatório de 71 páginas sobre o funcionamento da Ebserh ao longo dos últimos dez anos (abaixo).

“Mais uma vez, quero reafirmar que qualquer decisão sobre a Ebserh será votada no Conselho Universitário”, afirmou o reitor Roberto Medronho na audiência pública do dia 1º. “Outro compromisso que quero reafirmar para vocês é que, desta vez, nós votaremos. Não podemos ficar neste limbo”, completou.

Considerações Finais

ESTRUTURA	RESUMO DO CONJUNTO DOS HOSPITAIS		
	DIMENSÕES	VARIAÇÃO 2012- 2022	TEND TEMP
PROCESSO	LEITOS	-8,33%	
RESULTADO	LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA	25,72%	
	ENFERMEIRO TOTAL	168,81%	
	ENFERMEIRO CLT	960,27%	
	ENFERMEIRO ESTATUÁRIO	-11,37%	
	MÉDICO TOTAL	26,65%	
	MÉDICO CLT	331,76%	
	MÉDICO ESTATUÁRIO	-26,28%	
	PESSOAL TOTAL	82,26%	
	DESPESAS TOTAIS	49,36%	
	INVESTIMENTOS TOTAIS	528,20%	
	PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE	47,45%	
	PROCEDIMENTOS DE MÉDICA COMPLEXIDADE	18,61%	
	VAGAS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA	39,99%	
	VAGAS DE GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM	13,85%	
	VAGAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA	14,68%	

■ Aumentou significativamente
■ Estabilizou
■ Diminuiu significativamente

tais especializados em doenças tropicais e hospitais gerais de menor porte.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE

No somatório dos registros de trabalhadores da saúde pelos hospitais administrados pela EBSEH, nota-se ampliação do quadro de pessoal em todas as unidades, exceto para o hospital da Universidade de Mato Grosso, Universidade Federal do Pará (duas unidades) e para a maternidade da Universidade Federal do Paraná. O crescimento geral foi de 82,26%: de 43.870 para 79.956. Um padrão é recorrente: aumento de médicos e enfermeiros CLT e redução de ambas as categorias contratadas pelo regime estatutário.

laboratoriais. De 2013 a 2022, os gastos subiram de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 11,5 bilhões.

CONFIRMA OS PRINCIPAIS PONTOS DO RELATÓRIO

LEITOS

Em relação aos leitos de internação, houve uma perda de 8,33%: de 7.660 para 7.022. Cerca de um terço dos hospitais reduziu leitos. Entre os que ampliaram capacidade instalada, sete são de menor porte e apenas um — da Universidade de Santa Maria — é de grande porte. Para os demais, não houve mudanças significativas.

Já em relação aos leitos de terapia intensiva, ocorreu aumento de 25,72%: de 762 para 958. O documento ressalta que nem todos possuem leitos assim, como: maternidades, hospi-

tais especializados em doenças tropicais e hospitais gerais de menor porte.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados sofreram flutuações ao longo dos anos. Mas, considerando o marco inicial em 2013 e o final em 2022, houve significativo aumento: de R\$ 67,3 milhões para R\$ 355,7 milhões (528%).

SALÁRIOS

Os valores de remuneração dos profissionais contratados pela Ebserh aumentaram mais do que os verificados para os rendimentos dos trabalhadores do

executivo federal.

ENSINO

No conjunto, o número de vagas para os cursos de graduação de Medicina aumentou (39,99%). Para a graduação de Enfermagem, a série indica estabilidade (18,61%). Houve aumento nas vagas em residência médica (14,68%).

PERCEPÇÃO DO USUÁRIOS

Para tentar apreender a percepção dos usuários sobre o acesso, qualidade e segurança dos cuidados aos pacientes foram consultados os relatórios das ouvidorias disponíveis para

o ano de 2022. Destacam-se reclamações de falhas graves em processos assistenciais e problemas de infraestrutura física. Por outro lado, observou-se uma taxa de aprovação dos serviços entre 58% e 83% pelos usuários dos hospitais.

DIREÇÃO

A maioria dos escolhidos para ocupar postos de direção é de professores das universidades. Nesse elenco de dirigentes, predominam médicos homens, seguidos por médicas e três enfermeiras, um farmacêutico e um psicólogo (do quadro da Ebserh).

ELISÂNGELA LEITE/SINTUFJRJ



LIGIA BAHIA: “A comissão não tem posicionamento sobre a adesão à Ebserh”, afirmou a professora

Professores querem avaliar contrato com empresa

>Eberh ainda não entregou documento para UFRJ. Professor Antonio Solé pediu comparação entre a situação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e os hospitais que aderiram à empresa

O reitor, professor e médico Roberto Medronho, não conteve os elogios ao trabalho exaustivo da comissão técnica. “Podemos ver a pujança da nossa universidade. A comissão trabalhou arduamente. Essa é a universidade que nós queremos”, disse. “Gostaria de propor uma moção de júbilo e que ela vá para os seus registros funcionais. Esse trabalho merece muito ser publicado”.

O clima de debate foi sereno, entre críticos e apoiadores da Eberh.

O diretor do Instituto de Economia e ex-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha, ressaltou a importância do processo. “Este debate não foi reaberto por uma reitoria. Foi reaberto a pedido dos hospitais. Isso é central para analisar o que está sendo feito aqui. Pela dificuldade que se tem em gerir os hospitais. Mas nós precisamos do contrato para discutir”, disse.

Ao mesmo tempo, o professor também cobrou uma solução rápida para a crise das unidades hospitalares da universidade. “A saúde lida com vidas. A ampliação das nossas atividades possibilita salvar vidas. Temos uma responsabilidade muito grande”.

Decano do CFCH, o professor Vantuil Pereira reforçou a solicitação pelo documento entre empresa e instituição. “Primeiro, foi o levantamento. A segunda etapa é olhar o contrato a partir da realidade da UFRJ”.

“Depois da apresentação do relatório, está na ordem do dia a apresentação da minuta do contrato”, reafirmou o representante técnico-administrativo Roberto Gambine, que integrou a comissão.

COMPARAÇÃO COM A UFRJ

O relatório era exclusivo dos hospitais administrados pela Eberh, mas ficou a dúvida sobre como o Complexo Hospitalar da UFRJ ficaria posicionado em relação aos mesmos indicadores, no mesmo período. Diretor da AdUFRJ e representante dos Titulares do CCS no Consuni, o professor Antonio Solé elogiou o trabalho da comissão, mas queria ter visto esta comparação.

“Eu, como cientista, sempre me preocupo com o grupo-controlado. Que seria alguma universidade que não aderiu à Eberh. Só sobrou a UFRJ”, disse. “Como foi o número de profissionais de saúde de 2012 a 2022? O número de leitos? Como evoluiu, aqui, o salário médio dos profissionais? Ai eu poderia comparar



FOTOS: ADUFRJ

SOLÉ: “Temos que comparar a Eberh com a realidade dos nossos hospitais”, argumentou o diretor da AdUFRJ



SAMUEL ARAÚJO destacou o caráter público da empresa

com a média daquelas universidades que optaram pela Eberh. Temos que comparar a Eberh com a realidade”, completou.

Já o decano do Centro de Tec-

nologia, professor Walter Sueda, manifestou preocupação com a autonomia universitária. “Para mim, isso ainda não ficou claro. Será que basta o diretor

da Eberh ser da universidade?”, questionou. “Alguns relatórios que li dizem que tinha hospital que proibia a entrada de alunos. Não sei até que ponto isso é verdade”.

Assim como em 2013 e 2021, reapareceu a discussão se a adesão à Eberh representaria uma privatização. Representante dos Titulares do Centro de Letras e Artes no Consuni, o professor Samuel Araújo destacou o caráter público da empresa. “Não cabe mais dizermos que o que está em jogo aqui é a privatização da universidade. Isso é um nonsense diante do que está escrito. É admirável o trabalho que foi feito”, disse, em referência ao relatório apresentado.

hospitais públicos, que vinham às voltas com crises crônicas de sustentabilidade.

A EBSEH, portanto, é um modelo NPM de segunda geração, tenta mitigar falhas da OSS. Ainda assim, não faltam críticas às suas feições ambíguas, há quem acentue os problemas da “saída isolada” encontrada pelo MEC até as observações sobre uma estrutura centralizada em um país federativo com um SUS tripartite. Talvez tenha se afirmado como política pública exatamente por seus traços sincréticos.

Na UFRJ, o debate gravita em outro eixo: o do regime de contratação. Tema super relevante, mas não exclusivo de uma agenda sobre saúde. Tema incontornável, desde que encaixado com a melhoria da saúde. Tema inpector, quando não maltratado, compreendido como crucial para relações entre cidadania, burocracia e democracia. Instituições políticas bem desenhadas contribuem para governos assumam intervenções socialmente desejáveis. Não se trata de limitar o papel do Estado, mas sim conferir excelência às instituições públicas. Como? Com muito esforço, diálogo, ação e competência para construir pontes.

ARTIGO | LIGIA BAHIA

EBSEH E A UFRJ: UMA RELAÇÃO DELICADA E DEDICADA

Debate algo que está aparentemente mais que sabido, sacudido e polarizado é tarefa exigente de delicadeza e dedicação. Reconhecimento de afinidades, afetos em meio a tensões e divergências é compromisso acadêmico e político. Toda política carrega consigo conflitos, resolve e desagrega, atende determinados interesses e torna outros irrelevantes.

A EBSEH como política deve ser criteriosamente analisada. O desfile ostensivo de emoção excessiva é um meio necessário e legítimo para registrar oposições e adesões, mas organiza uma espécie de “catálogo de violências” que autoriza a desinibição para alguns assuntos e interdita muitos. Ao apreender a realidade apenas como um precipitado, situação coagulada, nos afastamos de abstrações

do “solúvel”, do inseparável. Jargões e slogans são legítimos, sintetizam, agitam e agregam. Contudo, operam por meio da união de causas a efeitos distantes entre si. Retomar o exercício coletivo de estudar as maneiras de combinação entre atividades específicas, exige encontrar pontos de partida adequados, explicitar pressupostos, delinear modelos causais menos lineares.

A EBSEH é uma criatura (uma instituição) com face neoliberal, o modelo é inspirado pela New Public Management (NPM), que tem por objetivo superar as organizações erigidas pela Burocracia Tradicional (BT). Desde o final dos anos 1970, o apogeu da NPM em 1980 e 1990 (no Brasil) tanto o neoliberalismo quanto suas lideranças políticas têm sido intensamente questionados. Em relação aos modelos de gestão da NPM, os estudiosos do tema sugerem: a resistência do modelo, ainda que venha sendo refor-

mulado constantemente e a resiliência da BT. Ou seja, a necessidade de atenção aos híbridos.

No Brasil a adoção disseminada das Organizações Sociais (OSS) na rede pública do SUS tem sido avaliada, por pesquisadores e técnicos, como vetor de corrosão dos princípios de solidariedade, privatização e fragmentação dos cuidados à saúde. Perspectiva contrária, a da experiência da comunidade de pesquisadores e técnicos de instituições científicas administradas com as OSS. Plausivelmente, o mesmo figurino não serviu para instituições completamente distintas.

A saúde vem procurando alternativas para a substituição das OSS. Foi nessa rota, a da busca de soluções para as carreiras profissionais, acesso e qualidade do SUS, que a EBSEH firmou seus fundamentos. Uma estratégia de mudança na gestão apenas para uma parte dos



Ano	ENADE	CPC	IDD
2019	03	03	02
2016	04	04	03
2013	SC	SC	04
2010	05	04	05

Ano	ENADE	CPC	IDD
2019	04	04	03
2016	05	04	03
2013	04	04	--
2010	04	04	--

Medicina Enfermagem

Hospital da UFRJ já teve 550 leitos. Hoje tem 194

De 2009 a 2020, a UFRJ sofreu uma perda de 20% no total de trabalhadores de suas unidades de saúde. O número geral caiu de 5.589 para 4.444. O de funcionários concursados teve uma redução expressiva no início, mas estabilizou a partir de 2013. A mudança foi resultado de um dispositivo de substituição automática dos técnicos-administrativos criado em 2010. A perda foi maior entre os chamados extraquadros, que possuem um vínculo de trabalho precário com a universidade. “São destituídos de uma série de direitos. Não têm férias, 13º salário, contribuição à previdência e não há recursos disponíveis para aumento de salários”, explicou Amâncio. “Com o tempo, esses salários foram se achatando e hoje uma parte significativa percebe apenas o salário mínimo”.

Em 2018, os diretores do Complexo Hospitalar se reuniram para avaliar a necessidade de contratações para que os hospitais pudessem trabalhar adequadamente. Cinco anos atrás, seriam necessários mais 1.889 profissionais, sendo 811 somente no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

AValiação

O curso de Medicina caiu de conceito no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). De 2010 para 2019, a nota foi de 5 para 3. “O que signifi-

ca essa nota 3? Significa que os estudantes da UFRJ ficaram na nota média de 22 mil estudantes de Medicina que se formaram em 2019. A nossa situação anterior era a de estar entre os 10% dos cursos de melhor desempenho, que correspondem à nota 5”, explicou Amâncio.

Nesta mesma avaliação, os estudantes são questionados se os ambientes de infraestrutura dos campos de atividades práticas são adequados ao curso. O índice de aprovação total do curso da UFRJ é de apenas 9,5%, muito distante dos percentuais médios registrados no estado (43,7%), na Região Sudeste (57,2%) e no Brasil (52,8%).

“São os problemas das atividades práticas. Onde eles exercem sua prática? Quase que exclusivamente nos hospitais do Complexo Hospitalar, por exceção de algumas disciplinas do ciclo básico”, disse o coordenador do GT.

A situação se repete no curso de Enfermagem, mas não com a mesma intensidade. “O ‘concordo totalmente’ e o ‘concordo’ estão abaixo das avaliações que envolvem o ‘concordo parcialmente’ até o pior nível de avaliação”, explicou Amâncio.

NÚMERO DE LEITOS

Até a década de 90, o número de leitos do hospital universitário girava em torno de 550. Em 2008, 430 leitos; em 2023, apenas 194. A queda vertiginosa só foi interrompida em 2021, quando a unidade recebeu insumos e a contratação de 832



- Empresa pública 100% contratada pela União.
- Área de ensino: Atua apenas como suporte, mantendo protagonismo acadêmico das UFs
- Atendimento exclusivo ao SUS
- Contratação de Pessoal: concurso público, regime celetista
- Relacionamento das Universidades e EBSEH, ocorre por meio de contrato de gestão
- Superintendente é indicado pelo Reitor



ALESSANDRO COSTA

AMÂNCIO: “A ideia é o Consuni aprovar o contrato ainda em 2023”

trabalhadores temporários. “Quando os contratos temporários acabam, em 2023 voltamos ao nível de 194 leitos. É evidente que não é possível dar o apoio necessário a todas as atividades de graduação, pós-graduação e residência com esse número de leitos, se a gente comparar com a base histórica”, lamenta o professor. “Só a Faculdade de Medicina, em uma avaliação feita há poucos anos, estimou que o número de leitos do hospital universitário, para cumprir o seu projeto pedagógico, deveria ser em torno de 450”.

EBSEH

A Eberh foi criada como política pública, no fim de 2011, para dar conta das necessidades de gestão dos hospitais universitários federais. Hoje, 41 deles — vinculados a 32 universidades — estão contratualizados com a empresa. Espalhada por 23 estados e mais o Distrito Federal, a Eberh é a quinta maior empresa estatal em número de funcionários, com 41 mil empregados

públicos. Fica atrás apenas dos Correios, Petrobras, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Ela não admite investimento que não é possível dar o apoio necessário a todas as atividades de graduação, pós-graduação e residência com esse número de leitos, se a gente comparar com a base histórica”, lamenta o professor. “Só a Faculdade de Medicina, em uma avaliação feita há poucos anos, estimou que o número de leitos do hospital universitário, para cumprir o seu projeto pedagógico, deveria ser em torno de 450”.

A contratação de pessoal é por concurso público, com regime celetista. Ou seja, não existe a estabilidade de um servidor contratado pelo Regime Jurídico Único. Por outro lado, Amâncio informou que, por regulamentação do Ministério do Planejamento, toda demissão na área das estatais precisa ser motivada.

O superintendente do hospital — ou do Complexo — é indicado pelo reitor. “Se o reitor considerar, na tradição da universidade, que deve fazer eleição, é feita eleição”, observa o coordenador do GT. “E o relacionamento das universidades com a Eberh ocorre através do contrato de gestão, que é exatamente o que vamos discutir”.

CONTRATO

A UFRJ ainda não recebeu a proposta de contrato da EBSEH. Sem ele não há como avaliar as contrapartidas oferecidas pela empresa pública. Em tratativas iniciais, a empresa informou ao professor Amâncio que tem interesse em gerir unidades com funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana. Nesse caso, seriam elegíveis: o HU, o IPPMG e a Maternidade-Escola. “O IPUB, especializado em psiquiatria, que não era adequado fazer esta adesão agora”, disse Amâncio.

No desenho da recuperação capacidade assistencial, o coordenador do GT informou que o HU deverá abrir mais 100 leitos e haverá substituição dos extraquadros. “A ideia é que o Consuni aprove este contrato de gestão ainda em 2023, porque a gente poderá começar o processo de recuperação em 2024”. Ainda não há uma minuta do documento para ser discutida pela comunidade.

Manifesto denuncia 'lawfare' contra ex-reitor da UFRJ

> Abaixo-assinado aponta erros na condenação de Carlos Levi e de outros gestores da universidade e da FUJB, em 2019. Julgamento do recurso contra a decisão foi mais uma vez adiado esta semana

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Desde 2012, quando foi denunciado pelo Ministério Público Federal por supostas irregularidades na gestão de recursos, o professor Carlos Levi da Conceição, de 73 anos, pode contar nos dedos as noites tranquilas de sono que conseguiu ter. "Não é um sono profundo, é algo agitado, confuso. Parece tão absurdo isso durar todo esse tempo. Por mais forte que você tente ser, é uma espada na sua cabeça", conta o ex-reitor da UFRJ (2011-2015).

O longo processo, que resultou em uma condenação em primeira instância em 2019 e que até hoje não teve o recurso da defesa julgado, se assemelha a um clássico caso de lawfare contra dirigentes de universidades públicas no Brasil: o do então reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, da Federal de Santa Catarina, em 2017. Preso e afastado da UFSC por supostos desvios de recursos — jamais provados —, o professor cometeu suicídio poucos dias após a prisão (veja na página 7).

A simetria entre os dois casos e os erros apontados pelas defesas dos acusados — além de Levi, há outros quatro gestores da UFRJ e da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) arrolados — são denunciados pelo manifesto "Apoio ao reitor Levi e servidores vítimas de lawfare", que circula na internet desde 29 de outubro. Até o fechamento desta edição, o documento já tinha angariado mais de 3.500 adesões.

"ERROS GROTESCOS"

O termo lawfare, usado no manifesto, ganhou força no início deste século. A palavra é uma junção dos vocábulos "law" (lei) e "warfare" (guerra), pode ser traduzida como "guerra jurídica" e designa uma prática que, no Brasil, ganhou notoriedade com os excessos da Operação Lava Jato. Esse tipo de assédio judicial, que é praticado sob a aura da legalidade, se vale de instrumentos jurídicos para atacar um inimigo, levando-o a ser denunciado ou condenado, com prejuízos à sua imagem na sociedade. No caso da Lava Jato, o alvo preferencial do lawfare foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso e impedido de disputar as eleições de 2018.

"De forma muito semelhante

A sentença adota leitura errada e interpretação equivocada do Acórdão 856/2014 e acórdãos subsequentes do TCU que confirmam a regularidade das ações realizadas no âmbito do contrato com o Banco do Brasil, sendo reconfirmadas, inclusive, por manifestações oficiais da CGU e AGU. Em seu erro mais grave, a sentença considerou que a determinação para pagar os custos de desenvolvimento dos projetos (inclusive incorridos pela FUJB e ressarcidos através de "taxa de administração") fosse uma punição exigindo que a FUJB devolvesse à UFRJ a "taxa de administração" supostamente indevida.

Além disso, a sentença sustenta a sua tese em partes dos depoimentos de duas testemunhas que trataram de questões, apenas e exclusivamente, relacionadas ao Fundo Contábil, instituído por Resolução do Conselho Universitário para compensar custos indiretos incorridos pelas instâncias universitárias envolvidas nos projetos apoiados pelas fundações de apoio. No caso dos recursos recolhidos ao Fundo Contábil, relativos ao contrato com o Banco do Brasil, os correspondentes valores eram, então, geridos como verba de representação pelo Gabinete do Reitor. Por seu caráter, distinto e específico, a sua forma de utilização não poderia ser generalizada para os milhares de projetos realizados com os recursos do referido contrato, como demonstrado por farta documentação, incluindo projetos de grande porte, como no caso da construção do Restaurante Universitário Central, localizado no Campus do Fundão.

MANIFESTO detalha falhas na sentença que condenou o ex-reitor Carlos Levi e outros quatro ex-dirigentes da UFRJ e da FUJB, com sede na Praia Vermelha (abaixo). Mais detalhes em <https://shre.ink/Uwxc>



RENAN FERNANDES

ao que ocorreu na esfera política durante a operação Lava Jato, também em relação às universidades federais se desenvolveu um tipo equivalente de lawfare, cuja consequência mais dramática e trágica foi o suicídio do reitor Cancellier, da UFSC", diz o documento.

Filho de Carlos Levi e articulador do abaixo-assinado, o economista Daniel Conceição, professor do Ippur/UFRJ, identifica uma mesma tática nos processos judiciais contra dirigentes de instituições federais de ensino superior. "Em todos esses ataques contra reitores de universidades, o caminho foi a criminalização das relações das universidades, absolutamente normais e corretas, com suas fundações de apoio. Inclusive no caso de Santa Catarina, e isso veio à tona com as revelações da

Vaza Jato, a tese da delegada era a de que as fundações serviam a um grande esquema utilizado pela esquerda para passar recursos para partidos e ONGs", avalia Daniel.

No caso específico de seu pai, o professor do Ippur diz que há graves inconsistências na sentença de condenação, que não foram observadas pelo desembargador relator Wanderley Dantas, do Tribunal Regional Federal (TRF) em 14 de fevereiro deste ano, quando o primeiro julgamento do recurso da defesa chegou a ser iniciado, mas foi anulado porque o desembargador Marcello Granado se declarou impedido. E aponta uma delas. "Em seu voto anulado, o relator declara que não havia notas fiscais referentes a alguns pagamentos, mas nós apresentamos as notas. São alguns erros

grotescos, é uma condenação flagrantemente infundada. Por isso estamos otimistas na reversão", crê Daniel.

O julgamento dos recursos das defesas dos acusados deveria ter sido retomado na última terça-feira (7), mas foi novamente adiada a decisão. O desembargador revisor Flávio Lucas alegou impedimento, por motivo de foro íntimo, e um dos advogados pediu a suspensão do relator. Não há previsão de quando será o novo julgamento.

INÍCIO DO PROCESSO

A denúncia do MP é de 12 de dezembro de 2012 e aponta irregularidades em razão de valores captados pela UFRJ entre 2007 e 2011, mediante convênio e contratos com o Banco do Brasil, e geridos pela FUJB. Os réus foram condenados em 27

de fevereiro de 2019. Carlos Levi ficou com a pena de 4 anos e 9 meses em regime semiaberto. Os outros acusados são João Eduardo Fonseca, chefe de gabinete de Levi (9 anos e 5 meses), Geraldo Nunes, coordenador de Convênios e Relações Institucionais da UFRJ (7 anos e 2 meses), Raymundo de Oliveira, presidente da FUJB (7 anos e 1 mês) e Luiz Martins, secretário-geral da fundação (5 anos).

Os convênios com o Banco do Brasil foram feitos na gestão do reitor Aloísio Teixeira, quando Carlos Levi era pró-reitor de Planejamento. Teixeira acompanhou as primeiras denúncias e investigações — desde 2007 — e morreu ao longo desse processo, em 23 de julho de 2012, vítima de um ataque cardíaco.

Daniel Conceição lembra bem do trauma que a morte de Aloísio trouxe aos envolvidos. "O professor Aloísio Teixeira se foi ao longo desse processo, e não é difícil estabelecer a relação entre um infarto fulminante e todo o estresse desse lawfare. Foi um baque para todos", recorda. Segundo o professor, as mudanças promovidas por Teixeira lhe renderam alguns inimigos na UFRJ. "Um deles, declarado e já falecido, foi o professor Agnelo Maia, da FND, que mobilizou o MP para a denúncia criminal inicial. Nessa denúncia, a procuradora Neide Mara Aparecida agradece ao professor pela revelação do suposto crime. Ele foi testemunha de acusação no processo".

O professor recorda também que o ambiente "persecutório" da época favoreceu a condenação. "A sentença da primeira instância é da juíza Caroline Figueiredo, que disputava com o juiz Marcelo Bretas o papel de protagonista da Lava Jato no Rio de Janeiro, e é muito próxima de Sérgio Moro", diz Daniel, que acredita na anulação da sentença. "Estamos otimistas na reversão".

Esse é o mesmo sentimento de Rogério Marcolini, advogado de João Fonseca. "Como se trata de novo julgamento, o relator não está vinculado ao voto proferido anteriormente, e a expectativa da defesa é que ele venha reconsiderar sua posição a partir dos novos elementos e documentos levados ao seu conhecimento. A expectativa da defesa é de reforma da sentença condenatória, uma vez que os dirigentes universitários agiram em absoluta conformidade com as diretrizes estabelecidas previamente pelos órgãos colegiados superiores da UFRJ", diz Marcolini.

ENTREVISTA | CARLOS LEVI DA CONCEIÇÃO, PROFESSOR E EX-REITOR DA UFRJ

'É MUITO TEMPO DE AGONIA'

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

● **Jornal da AdUFRJ — Esse processo tem início formal com uma denúncia do MP em 2012. São mais de dez anos de idas e vindas na Justiça. Como o senhor tem suportado esse longo calvário?**

■ **Carlos Levi** — Isso traz repercussões para a sua vida, a sua família, e vai consumindo seu cotidiano com incertezas e dúvidas que ficam sempre pairando no horizonte. E com alguns momentos de pico, como aqueles em que se aproximam audiências importantes, quando a tensão cresce.

● **De que a forma a certeza da inocência lhe ajuda nesses momentos?**

■ A convicção da inocência me dá a certeza de que as ações que fiz, as intenções que me moveram, não têm nada de errado. Isso me leva a acreditar que, em algum momento, vai prevalecer a lei, a boa Justiça, e me dá confiança para enfrentar todo esse processo. Até porque a fragilidade das provas que foram elencadas para me condenar é muito forte e evidente.

● **Se as provas são frágeis, e podem ser derrubadas com fortes elementos, por que tanto tempo de processo?**

■ Até por conta desse distanciamento no tempo e no espaço, hoje eu posso ter mais clareza para entender esse processo. Tudo começou em 2003, na gestão do reitor Aloísio Teixeira, com um convênio com o Banco do Brasil, eu nem fazia parte da administração da UFRJ naquele momento. Esse convênio se transformou em um contrato com o banco em 2007, com a participação da FUJB, quando eu já era pró-reitor de Planejamento. Hoje fica claro que já havia então em gestação um movimento lavajatista no Judiciário e no MP. E uma das características desse movimento era a perseguição às universidades públicas. O mais remoto exemplo que eu me lembro dessa perseguição aconteceu em 2008 com o então reitor da UnB, Timothy Mulholland, acusado

pelo MP de improbidade administrativa. Foi um caso muito explorado na época pela imprensa como um exemplo de mau uso de recursos públicos (Timothy acabou absolvido na ação de improbidade administrativa).

● **O senhor acredita que a gestão do professor Aloísio Teixeira tenha sofrido algo semelhante?**

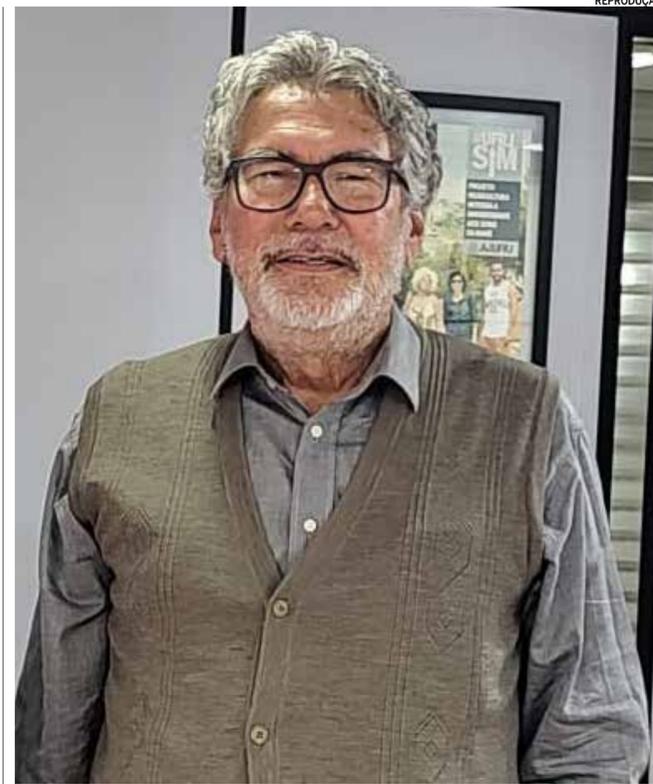
■ Sim. E no caso dele havia ainda uma resistência interna às mudanças que a gestão vinha promovendo, notadamente na Faculdade Nacional de Direito. A primeira denúncia na imprensa contra a gestão do Aloísio partiu justamente de um integrante da FND, falando do contrato com o BB. Mais tarde veio a denúncia do MP, em 2012. Nesse mesmo ano, o professor Aloísio Teixeira faleceu. Éramos amigos íntimos. Ele estava muito desgostoso por ter sua vida depreciada, enxovalhada. Esse processo de alguma forma participou para acelerar a sua morte. Só quem experimentou o sabor amargo dessas injustiças, o ambiente que se forma, sabe o que é essa amargura.

● **Mais uma vez chama a atenção a demora no processo.**

■ Veja, esse processo só vem a ser julgado em primeira instância em 2019. Sete anos após a denúncia. É muito tempo de agonia. O processo entra pela 7ª Vara, que é a vara da Lava Jato no Rio. Quem estava lá era o juiz Marcello Granado, que se declarou impedido em fevereiro deste ano, já como desembargador do TRF, quando o julgamento de nosso recurso contra a condenação chegou a ser iniciado, mas foi anulado com esse impedimento.

● **Esse é o julgamento na esfera criminal, mas há também um processo na esfera cível, não?**

■ Sim, esse outro está correndo sem qualquer ligação com esse da esfera criminal. Vamos nos concentrar nesse da esfera cível depois de esgotar a luta na esfera criminal. O processo criminal é o que mais nos preocupa pela sua natureza persecutória, com esse ambiente



REPRODUÇÃO

lavajatista que vem desde o episódio com o reitor da UnB. Mas que também se manifestou na UFMG, na FURG e, o caso mais trágico e dramático, o da prisão e do suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier, da UFSC, em 2017.

● **Estava previsto para esta terça-feira (7) um novo julgamento do recurso, mas ele foi mais uma vez adiado. Como está o seu dia a dia e qual a sua expectativa para o desfecho desse caso?**

■ Mais um adiamento... Um dos três desembargadores se declarou impedido e precisará ser substituído para recompor o quorum mínimo requerido. Além disso,

houve um pedido de suspeição contra o relator, encaminhado por uma das partes envolvidas. Hoje estou aposentado na UFRJ, mas sigo com atividades de orientação de teses e participo de um grupo de energia eólica na Coppe. Minha expectativa é que essa condenação seja derrubada, só depois vou pensar melhor do que fazer da vida. Parece tão absurdo isso durar todo esse tempo. Por mais forte que você tente ser, é uma espada na sua cabeça. Você pensa em relaxar, se divertir, mas vem aquela sombra. É muito pesado, não recomendo nem desejo a ninguém. Mas ao menos estou vivo e tenho esperança. A luta continua.

O CASO MAIS EMBLEMÁTICO DE 'LAWFARE' NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

"A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!".

Este foi o bilhete encontrado no bolso da calça do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, de 59 anos, depois que ele pôs fim à vida se atirando do sétimo andar do shopping Beiramar, em Florianópolis, em 2 de outubro de 2017. Dezoito dias antes, em 14 de setembro, ele tivera a prisão decretada pela delegada Erika Marena, ex-coordenadora da força-tarefa da Lava Jato, no âmbito da Operação Ouvidos Mucous, que apurava supostos desvios de verbas em cursos de educação a distância na UFSC. Acusado pela delegada de obstruir



a investigação, o que sempre negou, Cancellier passou na por revista íntima, foi algemado nos

pés e nas mãos e encarcerado por 36 horas na Penitenciária de Florianópolis.

A prisão foi autorizada pela juíza federal Janaina Cassol Machado, da 1ª Vara Criminal Federal de Santa Catarina, que entrou de licença médica após assinar o mandado. No dia seguinte à prisão, a juíza substituída Marjorie Freiberg autorizou que Cancellier respondesse em liberdade. Depois da soltura, ele foi proibido de retornar à universidade, da qual era reitor desde março de 2016, assim como outros docentes e funcionários da UFSC também investigados pela operação da PF.

O CNJ abriu um processo para investigar a conduta da juíza Janaina Cassol no caso, mas a ação foi arquivada. No último dia 21 de agosto, o CNJ abriu novo

processo contra a magistrada por supostas irregularidades na Operação Match Point, da Polícia Federal, deflagrada em abril deste ano para combater uma quadrilha de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. A investigação está em curso.

Em 8 de julho passado, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou a abertura de investigações para apurar possíveis irregularidades e abuso de poder nas atuações de agentes públicos que, em 2017, levaram à prisão do então reitor da UFSC. Quatro dias depois, no evento "A Ciência voltou!", no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também lembrou o caso, emocionado: "Nesse momento em que a gente está reunindo a inteligência

brasileira, através dos nossos cientistas e pesquisadores, a gente não pode esquecer o nosso companheiro reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier. Sempre que a gente puder, a gente tem que lembrar das pessoas que foram vítimas do arbítrio para que esse arbítrio, essa insanidade, nunca mais aconteça em nosso país".

Em 20 de julho, a UFSC divulgou nota em que afirma que os dois processos que tramitavam no Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a supostas irregularidades também investigadas pela Operação Ouvidos Mucous, foram encerrados sem constatação de irregularidades.

MARINALVA OLIVEIRA 1964-2023



MARINALVA PRESENTE

No dia 27 de outubro, deixou-nos a professora Marinalva Oliveira, titular da Faculdade de Educação. Sua partida repentina, aos 59 anos, gerou comoção na academia, na política, nos sindicatos docentes de todo o país e nos movimentos sociais por direitos das pessoas com deficiência. O velório, ocorrido na sede da Aduff, em Niterói, reuniu algumas centenas de pessoas e demonstrou a importância da docente nos mais diversos espaços de organização. Abaixo, trecho de seu memorial para a classe de titular, em que a professora apresenta sua trajetória pessoal. Ao lado, uma sequência de depoimentos falam de dor, saudade e de como Marinalva era imprescindível.

Nasci na zona rural do município de Caravelas, histórica cidadezinha baiana. (...) Meu nascimento ocorreu no dia 28 de agosto de 1964, em pleno golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, regime sob o qual vivi até a juventude. Vivi minha infância entre os estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Meu pai trabalhava como empregado de fazendas. Era vaqueiro e sua principal função era cuidar do gado, mas também fazia plantações de arroz, feijão, milho para vender e para nosso sustento. Tudo que consumíamos era produzido naquelas terras pelo meu pai. Havia a época da plantação e da colheita. Vim ao mundo pelas mãos de uma parteira, em casa, após três dias de trabalho de parto da minha mãe, mas minha chegada trouxe uma grande decepção para a família: após o nascimento de duas irmãs, a expectativa era que viesse um menino. Essa expectativa foi transformada "parcialmente" em realidade, pois minha mãe sempre cortava meu cabelo bem curto e me vestia como menino. Meu apelido era Joãozinho. Como meu pai era trabalhador rural, aos meus seis meses, nós nos mudamos de Caravelas para Minas Gerais, onde foi trabalhar como vaqueiro do meu tio. Era uma fazenda banhada pelo Rio Doce e cercada por outros rios, mas que não foram suficientes para me fazer aprender a nadar.

Nessa fazenda do meu tio, meu pai era o faz-tudo e minha mãe era a professora das crianças que moravam nas redondezas, onde não havia escola. (...) À minha mãe foi permitido tão somente estudar até a quarta série e meu pai apenas sabia assinar o nome e "fazer contas". (...) Fiz todo o ensino primário na escola rural onde minha mãe era professora, apesar de sua baixa escolaridade. (...) Meu pai foi atraído pela promessa do meu tio fazendeiro – cada tentativa que o diabo coloca na vida de Parrom! –, que havia comprado fazendas no Pará e prometeu que o irmão teria sua própria terra. No anseio de nos libertar, de ter nosso pedaço de terra e melhores condições de vida, viajamos semanas

de Minas Gerais até o Pará. Era o mito de que no Pará distribuíam terras. A chegada ao lugar foi impactante. Fomos morar no meio da mata, nas terras compradas pelo meu tio. Para eu estudar, tive que ir morar na cidade com treze anos e trabalhar como trabalhadora doméstica infantil, sem remuneração, pois trocava a comida e a dormida pelo trabalho. Era uma situação de exploração de trabalho infantil, mas eu achava que era eu a que estava recebendo favores. Também sofri abuso sexual, algo que só fui entender anos, muitos anos depois. Minha mãe e meu pai, quando entenderam a falsa promessa do meu tio, largaram a mata e vieram morar na cidade. Naquele momento, eu e meu irmão, que fora adotado após o meu nascimento, fomos trabalhar para o sustento da casa, pois os demais estavam desempregados e sem renda. (...) Meu pai, diante da condição de não ser mais a fonte de sustento da casa, desapareceu, sem dar notícias. Após seis meses, quando já não tínhamos esperança de que estaria com vida, reapareceu. Ele estava empregado numa fazenda e veio buscar a família. Eu havia terminado o ginásio e, no local para onde nos mudaríamos, não havia ensino médio. Por isso, pedi para ir morar com minha tia Ubalдина, em Vitória da Conquista, na Bahia, pois minha tia morava sozinha e podia possibilitar meus estudos e eu queria muito chegar à universidade. Eu tinha um primo caminhoneiro (...). Então foi acertada a minha ida para a Bahia com meu primo, na boleia do caminhão. A viagem até Vitória da Conquista durou semanas e, mais uma vez, foi marcada por atos de abuso sexual. Desde cedo, conheci a fome, a exploração, o machismo e a pedofilia, mas também a importância da solidariedade e da partilha. Até então, nesse Brasil profundo da minha infância, nunca tinha ouvido falar em golpe ou ditadura militar, e minhas únicas lembranças são desses momentos que pareciam inesgotáveis. Em Vitória da Conquista, fiz o curso de magistério como ensino médio. Morando com minha tia, conheci a dignidade de ter escola, roupas, cama, comida e ir a festas, como toda adolescente. Era o começo do fim da ditadura e havia embates muito grandes dentro das escolas, devido ao fato de os diretores serem indicados pelo regime...começou assim, formal e organizadamente,

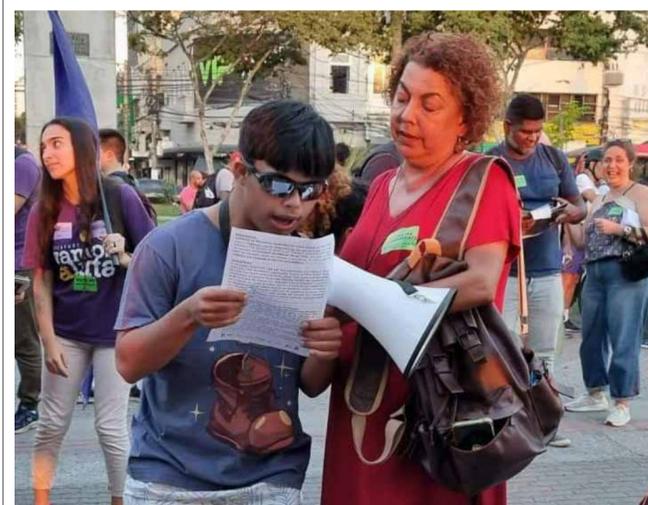
a minha trajetória de lutas por justiça. (...) Terminado o curso de magistério, sonhava em fazer uma faculdade, mas naquela época ainda não existia curso superior em Vitória da Conquista. Em 1984 retornei ao Pará e, como os meus familiares moravam no interior, fui morar na capital, em um pensionato com quartos coletivos. (...) Tive uma bolsa estudantil do município, mas, como ocorre ainda hoje, seu valor era muito insuficiente e não pagava sequer as contas mais essenciais. Assim, o dia em que eu almoçava, não jantava e havia dias em que sequer fazia essas duas refeições. Como minha família não tinha condições financeiras para me manter, eu passei um ano fazendo cursinho à noite e, durante o dia, trabalhava como vendedora de rua. Eu passava de porta em porta para vender água sanitária e plano de saúde. Mesmo assim, escolhia entre almoçar e jantar (...) Era o ano das "Diretas já!", da luta pela redemocratização do país (...) Os comícios ocorreram em várias cidades do Brasil. Em Belém, foi no dia 16 de fevereiro de 1984, na Praça da República, e reuniu 60 mil pessoas. Eu estava na rua vendendo água sanitária e, ao me separar com aquela multidão lutando pela redemocratização do país ao som de Fafá de Belém cantando "Menestrel das Alagoas", me juntei para não permitir que mais uma geração vivesse sem liberdade política e de expressão e emprego. Naquele momento, eu não tinha a compreensão sobre os limites do movimento. (...) A campanha das Diretas terminou como começou, de forma ordeira. A oposição burguesa tomou todos os cuidados para que a campanha não perdesse o rumo e não passasse a questionar as estruturas da sociedade brasileira, algo que eu só fui entender anos mais tarde. Em 1985 fiz o vestibular para a UFPA e para uma faculdade privada. Como muitas e muitos jovens da minha geração, prestei vestibular para mais de uma opção de carreira e o ensino privado ofertado por uma empresa proprietária de uma faculdade foi o que me restou por não ter conseguido obter pontuação para uma universidade pública na primeira lista de aprovados. Desse modo, iniciei minha trajetória no ensino superior.

MARINALVA OLIVEIRA 1964-2023

■ A primeira lembrança que tenho da minha mãe é na sua república, onde morava quando ainda estudante da UFPA. Eu tinha apenas 4 anos. Ali foi o início de nossa grande história de amor, que durou exatas três décadas. Me despeço dela aos 34 anos e com muito de seus valores cultivados no homem que me tornei. Nessa primeira vez que a vi, lembro de chegar tímido com meu pai e de ser, aos poucos, conquistado com batatas fritas, sorrisos largos e gestos sempre de muito carinho. Lembro que o quarto dela tinha apenas um colchão no chão, uma mesinha de estudos e algumas caixas de papelão que serviam de guarda-roupa. Tudo muito simples, mas extremamente aconchegante. Professora, logo de cara me ensinou que a relação mãe e filho nada tem a ver com genética, mas com amor. Diplomática, recusou que eu a chamasse de "mãe" quando pequeno. Mas eu nunca tive dúvidas de qual era seu inquestionável lugar em minha vida. Se algo apertasse e eu precisasse de ajuda, eu não tinha dúvidas de quem procurar. Entreguei meus documentos para tomar posse como professor da Unifap exatamente na semana em que ela se foi. Posso dizer, com certeza absoluta, que esse foi um dos momentos em que mais a vi feliz em toda minha vida. Eu iria iniciar minha trajetória docente na mesma universidade que ela. Mandeí foto no dia em que cheguei à pró-reitoria com meus documentos. E já arquitetava a foto que a enviaria no dia da minha primeira aula, algo que não vai mais ser possível. Hoje só posso prometer que vou honrar sua memória como um professor dedicado, afetuoso, empático com os estudantes que mais precisam e radicalmente comprometido com a defesa da educação pública.

Andrew Costa

■ Você nunca me prometeu que seria eterna. Você nunca me prometeu que estaria aqui sempre. Você nunca me disse que seria fácil. Mas também você nunca me preparou pra sentir esse vazio. Você nunca me preparou pra uma partida tão precoce e tão do nada. Você realmente nunca me prometeu ser eterna. Mas eu ainda achava que te teria vários anos por aqui... Te veria vários anos aqui, me chamando atenção... Reclamando da minha bagunça. Ou me pedindo pra fazer massagem porque as suas pernas e braços estavam doendo. Sairia de manhã e veria você na esteira. Ouviria você me pedindo um café durante as suas várias lives e reuniões intermináveis. Do mesmo jeito avassalador que entrou na minha vida, você se foi das minhas vistas. Não digo que foi da minha vida, porque não tem como, você se faz presente em cada detalhe desse apartamento, em cada ato meu, e dentro do meu coração tu faz tua morada eterna. Eu te amo muito, muito. Você me ensinou o que significa ser mãe de fato. Mas, além disso, me ensinou a ser um ser humano íntegro, humilde, que se importa com os outros, e que não abre mão dos seus princípios. Prometo te encher de orgulho, e prometo seguir meus sonhos e construir minha vida do jeitinho que você queria que eu fizesse... Porque sei o quanto você se preocupa-



va em me deixar desamparada. Te amo para além de quando eu respirar.

Andressa Costa

■ Minha mãe foi apaixonada pela vida, pelas pessoas, pelas pessoas com deficiência. A sua luta incansável pela educação pública e pela inclusão de pessoas com Síndrome de Down nunca será esquecida. Eu nasci em 2006 e sempre estive com ela. Marinalva presente! Hoje e sempre!

Gabriel Oliveira Costa

MARINALVA, A CONVERSÃO DOS SOFRIMENTOS EM LUTA

■ "Desde cedo, conheci a fome, a exploração, o machismo e a pedofilia, mas também a importância da solidariedade e da partilha." (Memorial Público Titular da Profª Drª

A segunda e mais difícil medida a considerar é aquela vinda da homenagem de adversários e mesmo de inimigos: a(o)s que pelo elogio na morte precisam apagar o não reconhecimento em vida.

Marinalva, em sua generosidade, rir-se-ia com todas as homenagens. Outro traço desta amiga combinava a firmeza com a alegria e a disponibilidade ao diálogo. A premissa residia naquilo que entendia como a capacidade de mudar pelo aprendizado, pela tomada de consciência. Foi assim que ela, docente, tornou-se antirracista, anticapacitista, feminista e avessa aos cretinismos parlamentar, sindical e de movimentos sociais. Toda vez que uma organização da qual ela participava demonstrava limites por burocratização ou outras degenerações, lá ia ela – com suas dores – construir outros espaços de luta. Criança pobre, acumulou significativos sofrimentos e transmutou-se em jardineira. Marinalva não se demorava onde não existia amor e partilha. Interessava-lhe a sementeira. Marinalva, presente!

Sara Granemann, ex-presidenta da AdUFRJ

■ Foi uma perda muito abrupta de uma pessoa com uma capacidade amorosa extraordinária. Essa era uma característica muito poderosa da Marinalva. Ela era alguém capaz de travar um debate cerradíssimo na disputa política, com muitas divergências, sem jamais isso ter qualquer traço de ataque ou de destruição de pessoas. Ela fazia o embate muito corajoso e muito honesto do ponto de vista das ideias. Isso é uma característica rara que, combinada com esse modo de amar o outro e o mundo, que ela possuía, fazia dela um quadro extraordinário. A perda de uma pessoa com a idade dela, que, aliás, é a mesma que a minha, de uma forma repentina é sempre dolorosa para todos nós. Mas alguém que combinava uma quantidade de qualidades tão raras é sempre uma dor porque nos empobrece de forma irremediável. Pessoas como a Marinalva não estão por aí o tempo todo. Era incrível sua capacidade de, no meio de todos os debates e brigas, ter uma pausa para uma conversa humana, um bate-papo fortuito sobre as coisas da vida. Ela vai fazer falta. Eu vou sentir muita saudade dela. Os congressos do Andes já são tristes e, com a ausência dela, vão ser mais tristes ainda.

Eleonora Ziller, ex-presidenta da AdUFRJ

■ Estive no velório da professora Marinalva. Historicamente fui um adversário político dela. Nossa relação sempre foi muito honesta. Ela sempre foi, como creio que eu sou, muito dura na argumentação política, mas nunca agiu com ataques pessoais. Ao contrário, nossa relação foi sempre muito afetuosa. No dia 18 de outubro conversamos muito sobre estratégias para emendas parlamentares. Ela vai fazer falta. É muito importante ter adversários que a gente admira, em quem a gente confia. Estive lá representando a reitoria da UFRJ. Mesmo diante de posições tão distintas, a gente, de fato, dialogava e essa é uma característica bastante rara na UFRJ.

João Torres, ex-presidente da AdUFRJ

“Servidores não são prioridade no orçamento”

> Avaliação é do professor Carlos Frederico Leão Rocha, do Instituto de Economia, que debateu a defasagem salarial do funcionalismo. Palestra integra calendário de mobilização e foi organizada pela AdUFRJ, Sintufrj, DCE, APG e Attufrj

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Sob o ponto de vista da proposta orçamentária, não há previsão para reajuste salarial. Algumas pessoas já falam que o governo vai propor reajuste apenas do nosso auxílio-alimentação. Eu proponho, se isso acontecer, que a gente compre uma pizza e coma esse reajuste”, ironizou o ex-reitor e diretor do Instituto de Economia, professor Carlos Frederico Leão Rocha, durante debate organizado pelas entidades representativas da comunidade da UFRJ na terça-feira, 7, um dos dias de mobilização do funcionalismo.

Para apresentar desafios do orçamento e os caminhos para a valorização das universidades e dos servidores públicos, AdUFRJ, Sintufrj, DCE, APG e Attufrj discutiram as perdas salariais acumuladas no governo Bolsonaro e o impacto da falta de investimento nas universidades.

Leão Rocha apresentou os avanços e limites do arcabouço fiscal aprovado em agosto. Para o docente, o arcabouço foi uma tentativa do atual governo de dissolver o teto de gastos existente desde o governo Temer. “O Congresso, porém, não estava disposto a quebrar esse teto”, contextualizou o professor. Ele explicou que o arcabouço prevê um teto de gastos primários, de 2,5% do PIB, e um piso, de 0,6%, quando a arrecadação não aumentar. “Essa é uma grande novidade”, avaliou o professor, já que até então não havia uma obrigatoriedade mínima no aumento dos gastos públicos. “Mas o teto fica restrito a 70% do crescimento econômico. Há uma clara limitação e qual a prioridade?”, questionou o economista. Para Leão Rocha, não seriam os servidores. Nem as universidades federais.

Ele, no entanto, ressalta que o governo ainda não apresentou uma proposta concreta de reajuste salarial. A próxima mesa de negociação é no dia 16. Sobre



Não queremos parar. Se não paramos com Bolsonaro, não podemos parar com Lula, mas a realidade orçamentária indica que podemos fechar em julho do ano que vem”.

CARLOS FREDERICO ROCHA
Diretor do Instituto de Economia

as universidades, o economista afirmou que o presidente Lula tem evidente postura pró-educação e pró-ciência, mas que seus planos “não atendem às necessidades da universidade”. Ele explicou: “É necessário resolver o passivo das universidades, investir na reconstrução da instituição”, afirmou.

“Na discussão da PEC da transição, a Andifes fez um trabalho magistral e conseguiu uma suplementação para as universidades de R\$ 1,73 bi. Isso era suficiente para colocar nosso orçamento nos patamares de 2019. Mas foram alocados R\$ 1,3 bi. As universidades perderam mais de R\$ 400 milhões. De novo, faltou prioridade”.

No fim de sua intervenção, Carlos Frederico Leão Rocha afirmou que o orçamento da UFRJ projetado para o ano que vem é o mesmo de 2023. “Se o orçamento é o mesmo e o custo aumentou, teremos mais déficit”, disse. “O realismo orçamentário está sendo jogado para nós. Não queremos parar. Se não paramos com Bolsonaro, não podemos parar com Lula, mas a realidade orçamentária indica que podemos fechar em julho do ano que vem”.

DÍVIDA PÚBLICA

Paulo Lindesay, dirigente do Sindicato Nacional dos Servidores do IBGE e integrante da associação Auditoria Cidadã da Dívida defendeu uma necessária auditoria para revisar os critérios do crescimento e da manutenção do pagamento dos juros da dívida pública. “A dívida cresce, mas sob quais mecanismos?”, questionou. “Como alguém pode dizer que não há dinheiro no Brasil, se o país pagou, só esse ano, até agora, R\$ 1,8 trilhão para a dívida pública? O que estamos discutindo aqui em relação ao orçamento para a Educação e para os servidores são migalhas diante destes números”, afirmou.

O dirigente afirmou que o superavit primário é destinado à amortização da dívida e que o arcabouço fiscal “garante a sustentabilidade da dívida”. “Para rever isso, só com ida às ruas, com pressão. Existe dinheiro e temos que lutar para que



esse orçamento seja revertido para áreas importantes para o desenvolvimento do país e, certamente, a educação é uma dessas áreas”.

HÁ AVANÇOS

Gabriel Guimarães Batista, da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, destacou avanços de um governo simpático à educação. “O cenário orçamentário, em certa medida, parece aterrador, mas temos que olhar para as vitórias que conseguimos emprender no período recente”, disse. “Apesar de muito aquém do que a gente sonha, nós estamos conseguindo avançar. Conseguimos um reajuste histórico nas bolsas de pós-graduação”, lembrou.

Os pós-graduandos, agora, contou Gabriel, travam uma segunda luta: a do reconhecimento do tempo dedicado à pesquisa para fins previdenciários. “Somos a principal força de trabalho na produção de pesquisas, muitas vezes submetidos a um regime de dedicação exclusiva sem remuneração digna e sem contagem de tempo para a aposentadoria”.

Para ele, é preciso valorizar a disposição do governo Lula em dialogar com a Educação, com a Ciência e com os estudantes. “Há uma mudança de perspectiva em relação ao governo anterior. Não tempos mais um governo inimigo das universidades, mas ele é disputado pela direita”, advertiu. “É preciso, portanto, que a gente se articule para a disputa política do nosso projeto de sociedade e de Estado”.

Dirigente da UNE e última convidada da mesa, a estudante Taís Raquel lembrou do Plano Nacional da Educação, aprovado em 2014, que tem como meta

a destinação de 10% do PIB para o setor até 2024. “Isso não aconteceu e não vai acontecer. Todo ano a UFRJ sofre com falta de orçamento. Todo ano, em algum momento, ela fica ameaçada de fechar. Precisamos fazer pressão para garantir um orçamento ampliado”.

A estudante também evocou a necessidade de debater o financiamento das universidades e a autonomia das instituições públicas de ensino. “O papel das entidades e dos dirigentes das universidades é lutar para que haja mais financiamento público. É necessário diálogo com parlamentares para uma construção mais ampla e real do orçamento”.

ADUFRJ ORGANIZA PETIÇÃO POR SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Antes do encerramento da mesa, as diretorias da AdUFRJ e do Sintufrj apresentaram a campanha unificada dos sindicatos por melhorias nos orçamentos da Educação, Ciência e Tecnologia e salários. “Essa é uma petição online para pressionar os parlamentares para que atuem na complementação do orçamento federal. Este é o momento da pressão”, afirmou a professora Mayra Goulart, presidenta da AdUFRJ. “O texto pede apoio para as áreas da Educação, C&T e reajuste salarial de todos os profissionais da Educação”.

A petição eletrônica foi publicada na plataforma Avaaz.org e pode ser assinada em: <https://bit.ly/porsalariosjustos>



A UFRJ ABRAÇA A LUTA ANTIRRACISTA

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A celebração das lutas antirracistas tem atividades especiais promovidas pelo Coletivo Enegrecer em parceria com a AdUFRJ. No próximo dia 11, está prevista a instalação de um estande na tradicional Feira das Yabás, em Madureira, Zona Norte do Rio. A atividade conta com o apoio do Observatório do Conhecimento.

Já no dia 25, uma visita guiada tratará sobre territórios negros e desigualdades raciais no Rio de Janeiro. A visita compreenderá o circuito das Pequenas Áfricas no bairro de Madureira. O ponto de encontro é na Casa Aban, a primeira residência estudantil voltada a jovens negros, localizada na Rua Carolina Machado, 726. A atividade começa às 8h.

De lá, os participantes visitam o Quilombo do Agbara Dudu, a Praça Paulo da Portela, o Parque Madureira, as escolas de samba da região, o Viaduto de Madureira, o Mercado e favelas do bairro. A ideia é discutir democracia, acesso a direitos e moradia.

Além do circuito, haverá feijoada na Casa Aban e atividades culturais. A programação termina às 18h. Vice-presidente da AdUFRJ, a professora Nedir do Espírito Santo celebrou a parceria. “É muito importante e simbólico que este circuito aconteça em Madureira, que tem forte presença do movimento negro”, afirmou.

MINISTRA

Na UFRJ, a abertura do Novembro Negro aconteceu no dia 27 de outubro e teve a presença ilustre da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Na ocasião, a universidade lançou a campanha “UFRJ antirracista — nenhum passo atrás: a universidade está mudando”. O projeto pretende demarcar o compromisso da UFRJ com o combate ao racismo e a construção de uma política antirracista.

“Quando eu era adolescente, eu passava pela UFRJ saindo ou voltando para a Maré e essa era uma realidade muito distante para mim. E sempre que eu sonhava em ser professora, a perspectiva de ser professora universitária era muito mais distante”, disse a ministra, que hoje é doutoranda do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ.

“Eu cresci numa família que me ensinou que o conhecimento da gente ninguém tira”, ela continuou. “Mas, para conseguir isso, a gente precisa de condições, precisa de bolsa, de ações de permanência”, pontuou a ministra. “Falo para cada estudante que está aqui: a gente precisa reafirmar, com nome e sobrenome, por que estamos aonde estamos. Estar nesta universidade é mérito de vocês. Essa universidade também é vocês e ninguém pode tirar isso de vocês”.

Vice-presidente da AdUFRJ, a professora Nedir do Espírito Santo fez uma saudação no início do evento e destacou a importância do combate à evasão estudantil e a necessidade de fortalecer ações de permanência. “Queremos que esses jovens negros concluam a graduação, disputem vagas na pós-graduação e se tornem do-



centes pesquisadores, uma vez que a presença de pretos, pardos e indígenas é tão parca na carreira docente”, afirmou. Nedir também pediu mais investimentos para a universidade pública e a recomposição salarial de professores, para que a carreira volte a ser um sonho dos jovens brasileiros.

A deputada federal Benedita da Silva, de 80 anos e em recuperação de uma cirurgia na coluna, fez questão de comparecer ao evento para prestigiar a ministra. “Não poderia deixar de estar ao seu lado, principalmente hoje, em que é preciso ter uma vigília constante contra a intolerância que toma conta do nosso país”, disse. “É a democracia que garante a pluralidade, a luta antirracista”, afirmou. Arrancando lágrimas da plateia, Benedita bradou: “É um orgulho ver a cara do Brasil dentro das universidades. Sou mulher negra. Tentaram me fazer de homem, tentaram me fazer branca. Mas eu não aceitei. Usei e

uso minha voz para reafirmar que sou uma mulher negra”.

Superintendente geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ, Denise Góes, reconhecida militante do movimento negro na universidade, fez um discurso contundente e emocionado para uma plateia majoritariamente formada pela juventude negra da universidade. “Após mais de um século de existência, a universidade avançou para a institucionalização de pautas outrora silenciadas e negligenciadas. Ao movimento negro brasileiro se deve a mudança de perspectiva sobre as pautas raciais”, afirmou.

A atividade foi organizada em parceria com o Fórum de Ciência e Cultura, a Superintendência de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade e a reitoria. O reitor Roberto Medronho e a coordenadora do FCC, professora Christine Ruta, fizeram parte da mesa.

FESTA DE *Fim de ano* 2023



PLANOS DE SAÚDE MAIS BARATOS COM INTERMEDIÇÃO DA ADUFRJ

Implantados na universidade desde setembro de 2022 graças à decisiva atuação da AdUFRJ, os planos de saúde oferecidos via MEC têm se apresentado como a opção mais barata para os professores. E, além dos preços mais vantajosos, o reajuste anual não foi tão “salgado” como os de outros convênios que chegaram ao conhecimento do sindicato. A tabela SulAmérica — preferida dos docentes — foi aumentada em 16%.

“A gestão anterior, da qual também fiz parte, se empenhou bastante para viabilizar este contrato entre a universidade e o MEC. Não são reajustes baixos, mas os valores estão melhores que os praticados no restante do mercado”, afirma a presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. “Defendemos o Sistema Único de Saúde, mas plano

de saúde é uma questão que preocupa todos os professores, da ativa ou aposentados”.

O cenário geral é desolador. No dia 25, a assembleia do Sintufrj debateu um reajuste de 24,9% proposto pela Amil. Entre os encaminhamentos da reunião, os técnicos-administrativos decidiram que o sindicato procure uma alternativa de plano mais em conta, com características semelhantes. Já o plano Bradesco mantido pela Sociedade Brasileira de Física (SBF), que atende docentes da área, sofreu reajuste de 32,18%. E isso após negociações: o índice original era de 64,13%.

“Vale esclarecer que compreendemos o desafio que é a manutenção do seguro saúde com reajustes acima da inflação, mas este não tem sido um acontecimento isolado da apólice SBF e

sim da realidade agravada dos planos de saúde em todo o Brasil”, diz mensagem enviada pela diretoria da entidade aos seus associados à qual a reportagem teve acesso.

É verdade. De acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, enquanto as mensalidades dos planos individuais cresceram 35,41% nos últimos cinco anos; as de planos coletivos apresentaram valores bem maiores no mesmo período: coletivos empresariais, com 30 vidas ou mais, aumentaram 58,94%; coletivos por adesão, com 30 vidas ou mais, 67,68%; coletivos por adesão, com até 29 vidas, 74,33%; e coletivos empresariais, com até 29 vidas, 82,36%.

As altas exorbitantes no mercado fizeram aumentar a procura pelo plantão de esclareci-

mento que a AdUFRJ mantém, todas as terças-feiras, sobre os planos do MEC. “O contrato não oferece Bradesco, mas o plano SulAmérica tem praticamente a mesma rede e preços mais acessíveis”, explica Meriane Paula, funcionária do setor de convênios do sindicato.

O contrato MEC oferece planos SulAmérica e Assim, mas os professores preferem os primeiros, em função da rede de atendimento. “O SulAmérica Especial 100, com quarto particular e abrangência nacional é equivalente ao Top Nacional do Bradesco. Tem os melhores laboratórios e toda a Rede d’Or, Hospital Vitória, São Vicente e São José”, reforça o corretor Luiz Alberto Rodrigues da Silva, que faz os atendimentos na sede da AdUFRJ ou online. “A nossa tabela acima dos 59 anos

está praticamente a metade dessa do Bradesco, após o reajuste”.

Luiz Alberto explica por que estes planos estão mais baratos. “O contrato-mãe, como nós chamamos, é com o Ministério da Educação. Todos os órgãos ligados ao MEC têm este plano. Como a quantidade de associados é muito grande, a taxa de sinistralidade (uso do plano) não é tão alta e, por consequência, os reajustes são menores”.

ATENDIMENTO

O plantão de atendimento da AdUFRJ sobre os planos de saúde do MEC ocorre todas as terças-feiras, entre 13h30 e 17h, online ou presencial. É preciso fazer o agendamento pelo whatsapp (21) 99358-2477 ou e-mail: meriane@adufjr.org.br.

(Kelvin Melo)